

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL E DA AGRICULTURA EM JACUIZINHO – RS**

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SALETE REJANE DA ROSA

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA AGRICULTURA EM JACUIZINHO - RS

por:

SALETE REJANE DA ROSA

Monografia apresentada ao curso de Pós - graduação em Gestão Pública Municipal, área de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM,RS) como requisito parcial para a obtenção de título **Especialista em Gestão Pública Municipal**.

Orientador Professor Dr. Pascoal José Marion Filho

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**Universidade Aberta do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências Administrativas
Pós - graduação em Gestão Pública Municipal**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia de pós-graduação.

**A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL E DA AGRICULTURA EM JACUIZINHO- RS**

elaborada por:

SALETE REJANE DA ROSA

Como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Gestão Pública
Municipal

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr.

(Pascoal José Marion Filho)

Dr. Adayr da Silva Ilha (UFSM)

Dr. Roberto da Luz Júnior (UFSM)

Santa Maria, 12 de Novembro de 2011

A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA AGRICULTURA EM JACUIZINHO - RS¹

Salete Rejane da ROSA²

Pascoal José MARION FILHO³

RESUMO

Os conselhos municipais têm assumido importantes funções nas administrações públicas. Suas dinâmicas e resultados são importantes de serem estudadas para verificação da efetiva participação social em novos contextos de interações sociais. Diante disto, este trabalho tem como objetivo discutir como acontece o trabalho, no Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS) e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (CMDA). Para a realização do estudo de caso, adotou-se o método descritivo, a partir de informações da pesquisa bibliográfica/documental e da pesquisa de campo. As entrevistas foram realizadas com conselheiros e a pesquisa documental realizada na Prefeitura Municipal de Jacuizinho. Esta experiência demonstrou que o acompanhamento dos Conselhos Municipais é uma forma de vivenciar a realidade local e dar cumprimento à legislação que rege os conselhos, propiciando interação imediata e fortalecendo os conselheiros nas tomadas de decisões e agregando a participação social nas decisões administrativas. Através deste trabalho foi possível encontrar respostas sobre a importância dos conselheiros como ferramenta administrativa que pode promover o desenvolvimento do município, definindo quais são suas prioridades e quais as melhores formas de aplicar os recursos. Contudo, sobre a atuação do CMAS e CMDA do Município de Jacuizinho/RS, frequentou possível perceber que a atuação do CMAS é menos efetiva do que a realizada pelo CMDA.

PALAVRAS-CHAVE: Conselhos Municipais; Administração pública; Organização; Desenvolvimento.

ABSTRACT

Municipal councils have taken significant positions in government. His dynamic and results are important to be studied to verify the effective participation in new social contexts of social interactions. Given this, this paper aims to discuss how does the work of the Municipal Councillors in the Municipality of Jacuizinho / RS in the Municipal Council of Social Service (CMAS) and the Municipal Council of Agricultural Development (CMDA). To conduct the case study, we adopted a descriptive method, the information from the literature / documentation and field research. The interviews were conducted with directors and documentary research conducted in the City of Jacuizinho. This experience has shown that monitoring of the municipal councils is one way of experiencing the local situation and comply with legislation governing boards, providing immediate interaction and strengthening the board in decision making and adding social participation in management decisions. Through this work it was possible to find answers about the importance of advisors as administrative tool that can promote the development of the city, defining what your priorities are and what the best ways to apply the resources. However, on the role of CMAS and the City of Jacuizinho CDMA / RS, it was revealed that the performance of CMAS is less effective than that provided by CDMA..

KEYWORDS: Municipal Councils, Public Administration, Organization, Development.

¹ Artigo apresentado ao Curso de Gestão Pública Municipal da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

² Graduada em Educação Física, aluna do Curso de Gestão Pública Municipal da Universidade Federal de Santa Maria. saletedarosa@gmail.com

³ Prof. Dr. do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM – orientador. pascoaljmarion@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A administração pública precisa envolver cada vez mais pessoas da comunidade em suas atividades administrativas, o que gera maior transparência e clareza de seus atos perante aos municípios, órgãos estaduais e federais. Neste enfoque, os conselhos municipais podem ser vistos como importantes instrumentos de participação na administração pública, podendo de forma conjunta definir quais são as principais prioridades do município e, assim, definir de forma mais eficaz a aplicação dos recursos.

Os conselhos, na administração pública começaram as suas atuações há quase meio século em nível mundial, mas no Brasil surgiram a partir dos anos 1970 (SOUZA, 1997). Atualmente, existem muitas leis e resoluções que regulamentam a formação dos conselhos e a função dos conselheiros.

A proliferação de Conselhos após a Constituição de 1988 é um assunto que merece uma melhor compreensão, principalmente sob o aspecto do espaço de negociação política que eles representam no processo de melhoria da gestão social. A partir da oportunidade das pessoas participarem da construção de políticas públicas, a sociedade, na qual se vive, pode se tornar cada vez mais democrática. Para chegar a este estágio as organizações devem estar abertas e receptivas as novas mudanças para se adaptar aos novos conceitos vigentes.

Diante da importância da atuação dos conselhos na administração pública, justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa, por abordar a participação e atuação dos Conselheiros no Conselho Municipal da Assistência Social e Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário do município de Jacuizinho/RS. Este estudo torna-se significativo por buscar identificar como é a atuação dos conselheiros e qual é sua importância para o desenvolvimento local. Desta forma, foram investigadas as principais ações promovidas pelos conselheiros com o objetivo de qualificar o exercício da cidadania, através da participação e do planejamento.

De modo geral, pode-se dizer que o objetivo principal desta pesquisa é conhecer melhor a real função dos conselhos na administração pública e de maneira específica, busca-se compreender como é formado e vem sendo desenvolvido o trabalho dos conselheiros no município. Investigando a atuação de cada conselho, como são desenvolvidas as reuniões e com que frequência, porque realizam as reuniões, se são de caráter consultivo ou deliberativo e como escolhem os conselheiros.

O artigo está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda seção traz a origem dos conselhos regionais e, a terceira seção, apresenta os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho. As características do município de Jacuizinho e a atuação dos conselhos municipais estão na quarta seção. Na quinta seção, faz-se a análise e discussão dos resultados e, na sexta seção, apresentam-se as conclusões.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS CONSELHOS

2.1 A origem dos conselhos na administração pública

Ao pesquisar sobre o início das atividades dos conselhos na administração pública, pode-se perceber que seu surgimento foi por volta dos anos 1970. Para Petrarca (2008, p. 33):

A temática dos conselhos surgiu no Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, enquanto que em outros países, como os Estados Unidos e Espanha, despontou já nas décadas de 1960 e início dos anos 1970. Nos Estados Unidos os conselhos surgiram por meio do desenvolvimento de grupos de interesse, constituindo-se como organismos de pressão da sociedade civil que atuaram no sentido de obter soluções para amenizar os conflitos, sem interferir, no entanto, na política da cidade. Já na Espanha, eles surgiram como forma de participação dos indivíduos no processo de gestão das cidades.

De acordo com a autora, no período que surgiram os conselhos as suas atuações eram bem diversificadas, entretanto, todos eram de caráter opinativo, fiscalizador e consultivo.

Segundo Souza (1997, p. 378):

Os anos 70 foram profundamente marcados por uma crise do paradigma centralizado e intervencionista associado à tradição social-democrata e consagrado nos países ocidentais a partir de meados da década de 50. Esse modus operandi, nas duas décadas em que funcionou, abriu um amplo espaço para o surgimento de grandes burocracias públicas que planejavam de modo centralizado a economia [...]

Desta forma, pode-se dizer que foram também por meio das necessidades burocráticas administrativas que surgiram os conselhos nas administrações públicas, tendo como principal objetivo a democratização e a descentralização do poder na administração pública municipal.

Para Moura (2009, p. 3):

A reflexão sobre o surgimento dos Conselhos está diretamente ligada à manifestação popular caracterizada por diversos movimentos sociais no final dos anos 1970 e início dos 1980. Esses movimentos surgiram como novos atores na cena política, capazes de transformar a conjuntura política da época e iniciar um novo processo em busca de maior participação e de novas formas de relação com o Estado.

No Brasil, o grande marco da democracia e das transformações sociais e políticas do País foram a constituição de 1988 (SILVA, 2003). Segundo Almeida (1995, p. 92), foi a Constituição que “definiu um novo arranjo federativo, com significativa transferência de capacidade decisória, funções e recursos do governo nacional para os estados e, especialmente, para os municípios”. Foi a partir da constituição que se configuraram os movimentos sociais voltados para um projeto participativo. Como a constituição ofereceu mais “liberdade” aos municípios para realizar seus investimentos de acordo com a necessidade local, foi necessário à presença da sociedade civil no processo de gestão das cidades, surgindo assim, os conselhos municipais.

2.2 A importância dos conselhos para a administração pública municipal

No Brasil, a criação dos conselhos consolidou-se de forma mais significativa, conforme já mencionado a partir da promulgação da Constituição Federal, e cada vez mais ganhou forças nas administrações públicas municipais. Segundo Petrarca (2008 p. 33-34):

[...] os conselhos municipais tornaram-se ferramentas-chave na descentralização e na ampliação do papel político dos governos municipais, uma vez que a composição e criação dos conselhos são definidas pelas leis orgânicas municipais. [...] as lideranças de entidades da sociedade civil e organizações sindicais passaram a ver neste espaço um importante meio de influenciar as tomadas de decisões políticas e ampliar suas forças políticas.

Neste enfoque, Cortes (1998) afirma que muitos pesquisadores entendem que os espaços de participação social que são utilizados pelos conselhos tem um significado importante para a democratização, pois trata-se de uma força participativa social que atua de forma a melhorar a gestão pública.

Segundo Graças (2009, p. 50):

Em algumas áreas, como na saúde e na educação, o envolvimento da sociedade e dos cidadãos, através dos conselhos vai além da formulação e da tomada de decisão, e atinge a própria gestão dos recursos, a fiscalização e o controle das políticas públicas.

Existem, entretanto, diversas formas de atuação e participação dos conselhos. Assim, torna-se essencial que cada membro possua conhecimento sobre a importância de seu trabalho e sua atuação no espaço que lhe é direcionado. A distribuição de recursos, bem como a partilha do orçamento poderá trazer melhorias na qualidade de vida da maioria da população.

A participação dos conselhos pode ser vista como instrumento importante de administração democrática. Contudo, muitas vezes, sua atuação fica limitada a deliberação e aprovação de uso de recursos coletivos que não seria a grande necessidade do município de forma específica. Sobre estas questões, Alles et al. (2007, p. 6) explicam que:

[...] é necessário discutir aspectos favoráveis à constituição de conselhos mais sólidos e dinâmicos, que se adaptem as novas proposições e continuem sendo um local de discussão não apenas de um programa rumo do desenvolvimento rural de determinado local, que pode ser o município e/ou território, caso inserido numa articulação infra-regional.

Portanto, os conselhos representam mais do que um canal comunicacional para atingir as necessidades sociais, eles possuem a dimensão jurídica e têm poder de tornar efetivo as questões, os valores e os dilemas vivenciados no espaço da sociedade civil.

2.2.1 A Função dos Conselhos

Pelo exposto, pode-se dizer que ter o Conselho em lei foi uma vitória. Contudo, fazê-lo funcionar como dever ser realmente é um desafio. Conforme visto, os Conselhos se constituem em um dos canais de participação popular criados pela constituição de 1988 para viabilizar o Estado democrático. Estes conselhos, agora legalmente, deixaram de ser espaço meramente delegativos para ser mais participativo. Neste enfoque, Raichelis (1998) e Bava (2011) explicam algumas funções dos conselhos, que implica em:

- Ter proposta clara do que se quer apresentar, argumentos que convençam a viabilidade das propostas, inclusive do ponto de vista econômico;
- Os Conselhos não são espaços de reivindicações, mas fundamentalmente de negociação, de alianças e de barganha. A aprovação de uma proposta, assim, depende muito mais do poder de barganha e negociação dos pontos, se podem trazer mais pessoas para aspectos que se consideram essenciais. É um jogo! E todos os conselheiros fazem parte dele. Efetivamente, o lado que estiver melhor condicionado e preparado, ganha o jogo. Daí a importância da capacitação dos participantes;
- Conselhos não funcionam sem que os representantes tenham respaldo claro das entidades que representam, inclusive com manifestações e utilização de pressão, se necessário;

- Os representantes, como não devem falar em nome próprio, devem conhecer as necessidades reais do município ao levantar suas propostas. Por isso, é importante um levantamento prévio dos problemas, necessidades e propostas, que se pode fazer;
- Negociar e dialogar, não significa perder identidade;
- Um dos papéis do Conselho é o de fazer avançar o processo participativo no município, contribuindo para aproximar mais as instituições locais e buscar a integração de seus recursos e esforços para promover as mudanças necessárias;
- O conselheiro é um representante de um setor organizado do município e não um representante do prefeito, de secretários ou de vereadores. Ele é o porta-voz das demandas, das reivindicações e das opiniões de um grupo. Por isso, quando ele ajuda a decidir, deve fazê-lo baseado na opinião da maioria daqueles que ele representa;
- Possui a função de: ouvir a opinião daqueles que representa; levar proposições, planejar ações e implementar projetos; alterar projetos ou encaminhamentos nas políticas públicas do município; melhorar proposições, projetos, leis; reprová-los que não vem ao encontro das pessoas que representa ou do interesse da maioria da população;
- Dar retorno ao grupo/setor que representa; divulgar as conclusões das reuniões; reproduzir a ata e mobilizar;
- A participação dos conselheiros nas reuniões deve ser ativa e não passiva, ir conhecendo antecipadamente a pauta das reuniões com a proposição do grupo ou do seu setor, representando e expressando a sua posição claramente.

Ainda sobre a função dos conselhos, na opinião de Boschi (1999, p. 65), é importante ressaltar que:

[...] em políticas públicas a participação não é um presente que uma liderança concede. É um espaço que deve ser ocupado ativamente pela sociedade civil. A participação é resultado de um longo processo de democratização e construção da cidadania que transforma aos poucos a sociedade e o espaço público. Para que haja desenvolvimento é necessária a participação política em termos de reflexão, diálogo e, é claro também de divergências e conflitos.

Ao verificar as funções dos conselhos e a responsabilidade de cada membro neste órgão, pode-se entender que existem ainda muitos desafios a serem enfrentados pelos municípios, no sentido de estruturar e oferecer condições individuais a cada membro para poder responder de forma positiva, consciente e eficaz pelas necessidades sociais que envolvem cada município.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As considerações teóricas serviram de suporte para a elaboração de metodologias do trabalho. Desta forma, a seguir é exposto como foi desenvolvida a pesquisa. Inicialmente faz-se uma breve caracterização do município de Jacuizinho/RS, cenário onde foi desenvolvida a pesquisa de campo, focalizando suas principais características e sua formação administrativa, para posteriormente abordar a atuação dos conselhos: Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (CMDA) do município.

A pesquisa foi realizada a partir de bibliografia específica sobre o tema e de entrevistas. Bibliográfica, pois, acredita-se que é necessário ancorar idéias sobre as falas de pessoas que já estudaram e escreveram sobre o tema pesquisado. A pesquisa acontece a partir de livros, revistas, internet, artigos. Assim sendo, para Galliano (1979, p.109):

A pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando resolver um problema ou adquirir novos conhecimentos a partir de informações publicadas em livros e documentos similares (catálogos, folhetos, artigos, etc.). Seu Objetivo é desenvolver, recolher e analisar as principais contribuições teóricas sobre determinado fato, assunto ou idéia.

Faz-se necessário e é de suma importância contextualizar a teoria com a prática, motivo este que se realizou a pesquisa de campo. Desta forma, Trujillo (1982, p. 228), salienta que: “A pesquisa de campo corresponde à coleta direta de informações no local em que acontecem os fenômenos [...]”.

A partir da pesquisa de campo foi desenvolvido um trabalho mais conciso, pois os dados que foram coletados demonstraram, ainda que de forma bem restrita, o que se passa na realidade dos conselhos e como é o funcionamento dos mesmos, trazendo maiores conhecimentos sobre o tema abordado, pois não foi trabalhado somente com hipóteses, mas com fatos reais.

Cabe ressaltar também que para a realização da pesquisa optou-se por desenvolver o trabalho junto a dois conselhos do Município de Jacuizinho/RS, o Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (CMDA). A escolha destes dois conselhos aconteceu devido a alguns fatores, a saber: a pesquisa é desenvolvida em um município do interior onde sua renda é essencialmente agrícola e toda a geração de recursos se refletem diretamente na economia do município, o que justifica a pesquisa sobre a atuação do CMDA. Quanto à escolha do CMAS, deve-se ao

fato de que muitos recursos atualmente, tanto em nível federal como estadual, destinados aos municípios estão ligados à área de assistência social, e ela é uma prioridade nas administrações públicas municipais e, em Jacuizinho, não é diferente, por tratar-se de um município com muitos problemas sociais. Diante disto, evidenciou-se a importância de conhecer melhor a atuação destes dois conselhos, na tentativa de verificar como é o trabalho dos mesmos de forma prática.

Para a realização da pesquisa foram adotados alguns procedimentos:

a) Pesquisa bibliográfica: foram feitas leituras em livros, jornais, revistas, cadernos de capacitação, internet e materiais encaminhados aos conselheiros, que gentilmente foram disponibilizados a pesquisadora;

b) Pesquisa de campo: na pesquisa de campo foi realizada uma investigação, para a coleta de dados, tendo como instrumentos a pesquisa documental junto a Prefeitura Municipal de Jacuizinho/RS e a entrevista informal com conselheiros. Para a entrevista informal seguiu-se um roteiro pré-elaborado pela pesquisadora. As perguntas foram elaboradas seguindo um roteiro de entrevista. Os conselheiros foram escolhidos aleatoriamente, sendo que a pesquisa informal foi realizada com 05 membros de cada conselho, as respostas foram anotadas para posterior utilização na construção do trabalho.

4 O MUNICÍPIO DE JACUIZINHO E A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS

4.1 Caracterização do Município de Jacuizinho/RS

O Município de Jacuizinho pertence à Mesorregião Noroeste Rio-grandense e está localizado na região BR/RS 481, VRS 318 e tem área de 315,67 km². O Município foi emancipado em 1996 e instalado oficialmente em janeiro de 2001. Jacuizinho era, já em 1958, Distrito de Passo Fundo, depois de Soledade, Espumoso e Salto do Jacuí. A criação do Município de Jacuizinho/RS deu-se em 16 de abril de 1996, criado pela Lei Estadual nº 10.757. A origem do nome do município é uma homenagem ao rio que atravessa a cidade, por ser uma das belezas naturais da região e também o principal afluente do rio Jacuí, um dos maiores do Estado.

Segundo dados do IBGE (2010), a população estimada era de 2.507 em 2010, sendo: 1.282 homens e 1.225 mulheres, residentes 562 na zona urbana e 1.945 na zona rural. A economia fundamenta-se na agricultura, com produção de soja, trigo, milho e criação de gado. O município também preserva uma reserva ecológica nativa, rica em fauna e flora. Por ser um

pequeno município, com a renda basicamente oriunda da agricultura, possui uma baixa arrecadação; de acordo com dados do IBGE e da própria Prefeitura no ano de 2008 a arrecadação total foi de R\$ 6.000.000,00 Federal, R\$ 1.500.000,00 Estadual e R\$ 82.661,92 Municipal. A renda per capita foi de US\$ 6.202,62 nesse mesmo ano.

A pecuária do município se destaca pela produção de bovinos de corte e leite, seguido da criação de ovinos, suínos e caprinos. A pecuária bovina é criada extensivamente, com pastagens no campo nativo e cultivadas (aveia e azevém), com a finalidade de abate, bem como para a produção de leite. Durante o inverno, faz-se o aproveitamento das áreas com produção de grãos para a implantação de pastagens com aveia ou azevém.

Através de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, elaborou-se o Quadro 1, com produção, área colhida e produtividade por hectare.

Produto	Produtividade (kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)
Fumo	1.430	400	572
Feijão	1.150	150	172,5
Milho	3.480	1.550	5.394
Soja	2.400	14.700	35.280
Trigo	1.200	4.500	5.400

Quadro 1: Principais culturas do Município de Jacuzinho, produção, área colhida e produtividade (safra 2009/2010)

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Jacuzinho.

Com relação à produção, verifica-se no Quadro 2 que há predominância dos cultivos de soja e milho no Município. Na agricultura, destacam-se ainda como diversificação: apicultura, fruticultura, horticultura e piscicultura, ainda pouca difundida no Município.

Jacuzinho por ser um Município novo, só em setembro de 2001 se instalou o Escritório de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para levar informações, prioritariamente a pequena propriedade rural, onde realiza trabalho em parceria com a Secretaria da Agricultura.

4.1.1 Estrutura administrativa

A administração municipal está em sua terceira gestão, a qual teve na 1ª o Sr. Diniz José Fernandes como Prefeito Municipal e Santo Dorneles Pereira Nunes como Vice-prefeito. A gestão 2005-2008 teve como Prefeito Municipal o Sr. Antonio Gilson de Brum e Radamés Pedro Capellari como Vice-prefeito, e a gestão 2009-2012 têm como Prefeito Diniz José Fernandes e Vice-prefeito Zózimo Odilon Demétrio.

A Prefeitura Municipal de Jacuizinho é composta por 06 (seis) secretarias, dividindo as responsabilidades pelo comando administrativo: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Saúde e Meio ambiente; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo, Indústria e Comércio; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

A organização estudada, por ser uma Prefeitura Municipal, é caracterizada como pessoa jurídica de direito público. A missão dos gestores além de prestar serviços de interesse público e coletivo; administrar as demandas da sociedade; executar ações com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, também busca o bem estar comum de toda a população.

A alta administração de Jacuizinho é composta por um prefeito; um vice-prefeito; cinco secretários e cinco diretores. A composição do quadro funcional se dá por cargos efetivos (152 cargos) e comissionados (17 cargos).

Ao analisar o sistema de informação da prefeitura de um modo geral, constatou-se que o setor contábil, arrecadação, tributação e pessoal estão informatizados, mas nem todos estão interligados. A integração da folha de pagamento com a contabilidade foi feita recentemente.

O município possui um site com informações da prefeitura, secretarias, notícias, eventos e legislação, mas o mesmo é bastante precário e está desatualizado.

No setor pessoal, notam-se dificuldades no manuseio desse programa, assim como falhas na alimentação do banco de dados, ou seja, vários campos do programa não foram preenchidos. Há uma dificuldade por parte do gestor em ter conhecimento de todas essas informações.

a) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

A Secretaria compete executar, segundo o art. 9 do Decreto nº 033/2001, as atividades relacionadas ao expediente, documentação, protocolos, arquivos e outros. A secretaria trabalha no controle e adequação geral da prefeitura, pois nela está acoplada o Departamento de Contabilidade e Finanças, que mantém o equilíbrio financeiro do emaranhado municipal. Na Secretaria existe o Departamento de Serviços Administrativos, que representa um nível um pouco mais baixo da base da secretaria, responsável pela distribuição das atividades. Os outros setores que competem à secretaria são os setores de Compras e Licitações, Setor de Pessoal e Recursos Humanos, Setor de Informática, Setor de

Arrecadação e Fiscalização, Assessoria Jurídica, Assessoria de Imprensa e Serviço de Tesouraria, Protocolo e Recepção.

b) Secretaria Municipal de Saúde e Meio ambiente

Compete à Secretaria, segundo o art. 25 do Decreto nº 033/2001, promover os serviços de assistência médico-odontológica à população, promover atendimento aos necessitados e outros. Também de realizar os serviços de fiscalização vigente e de promover o saneamento básico, ou seja, tem o dever de cuidar de nosso bem mais precioso que é a vida, ou seja, da saúde de seus munícipes. Para o desenvolvimento dos trabalhos, a secretaria conta com a ajuda de vários funcionários e algumas comissões.

c) Secretaria Municipal de Assistência Social

É o órgão encarregado, segundo o art. 28 do Decreto nº 033/2001, de promover os serviços de assistência à população do município, ou seja, trabalha na busca de promover um bom atendimento aos necessitados, além de promover programas a carentes e outros. Os funcionários e as comissões são responsáveis por diversos trabalhos desenvolvidos nesta secretaria.

d) Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo, Indústria e Comércio

Desempenha amplas atividades. Segundo o art.37 do Decreto nº 033/2001, é o órgão encarregado de coordenar, orientar e controlar a execução das políticas de desenvolvimento agropecuário, turístico e comercial do município de Jacuizinho/RS. Assim, ela trabalha com a principal renda do município, baseada no setor primário, e tem o dever de lutar pelo progresso do Município, ou seja, os setores agrícola, industrial e comercial.

Quanto ao turismo, desempenha um papel importante em uma das áreas que o município se mostra forte, a Romaria Tradicionalista do Brasil, onde o setor do turismo tem o dever de organizar e controlar para o desenvolvimento deste evento.

e) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

A SME administra 09 escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental André Schneider Neto; Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto Textor; Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomás Antônio Gonzaga; Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Rosário; Escola Municipal de Ensino Fundamental Borges de Medeiros; Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Henrique Coimbra; Escola Municipal de

Ensino Fundamental Humberto de Campos; Escola de Educação Infantil Vovó Noely e Escola Municipal de Ensino Fundamental Gregório Rodrigues da Costa.

Nessas escolas, atualmente têm 37 professores trabalhando no Ensino Fundamental e Educação Infantil. Outra questão importante é o transporte escolar, realizado pela prefeitura para levar os alunos até as escolas. Atualmente existem 14 linhas de transporte escolar, sendo 09 feitas através do sistema de terceirização do transporte e as demais feitas com veículos próprios da Prefeitura.

Quanto à Cultura e Desporto, tem o dever de coordenar e controlar as atividades de desporto e lazer do município.

f) Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

É o órgão responsável, segundo o art. 19 do Decreto nº 033/2001, pela construção e conservação das obras públicas municipais, pavimentação de ruas, funcionamento de maquinários, limpeza de ruas e praças, ou seja, secretaria responsável pela boa conservação do que é do povo. A secretaria está dividida em equipes de trabalho, cada equipe tem um líder para organizar os diversos trabalhos cotidianos que envolve os vários setores que compõe esta secretaria.

4.2 Secretaria Municipal de Assistência Social e a atuação do CMAS

A Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Jacuizinho/RS desenvolve muitos trabalhos voltados para o atendimento da população mais carente, e, pode-se afirmar, que existem muitas famílias em situação de pobreza que residem em Jacuizinho. No Cadastro Único, segundo dados da Secretaria, têm 521 famílias cadastradas, já os beneficiários atendido pelo Programa Bolsa Família somam 286 Famílias. O município atualmente tem cerca de 900 famílias.

Nos anos de 2011 foram desenvolvidos trabalhos com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, como a confecção de edredons, que foi custeado com recursos do FEAS- Fundo Estadual de Assistência Social e com a contra partida do Município. Dentro de poucos dias a secretaria estará distribuindo kits de higiene para as famílias do Programa Bolsa Família e promovendo palestras de conscientização sobre higiene e limpeza.

A Assistência Social também desenvolve trabalhos com as famílias carentes cadastradas nesta secretaria, como por exemplo, a construção de banheiros, a distribuição de

agasalhos e outras necessidades que eventualmente surgem, e são custeados com recursos próprios do município.

Uma conquista para o Município no ano de 2011 é a implantação do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, que acontecerá em novembro do corrente ano. Com a Implantação do CRAS, o Município irá receber recursos do PAIF – Programa de Atenção Integral a Família, que dará mais subsídios para desenvolver outros trabalhos em benefício da população do município. Com a criação do CRAS, serão contratados novos profissionais e destinados maiores recursos ao município. Isto poderá melhorar os atendimentos, aumentar o número de famílias beneficiadas e, acima de tudo, criar condições de realmente qualificar os serviços realizados através da Assistência Social Municipal.

A primeira Lei criada em Jacuizinho/RS sobre o Conselho Municipal de Assistência Social foi a Lei nº 015/2011 de 19 de janeiro de 2001. O Município, instalado em 01 de janeiro de 2001, em 19 de janeiro do mesmo ano promulgou a Lei Municipal 015/01, que “dispõe sobre a criação do Conselho e do Fundo Municipal de Assistência Social”. Em seu artigo 1º foi criado o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Jacuizinho (COMAS), *como órgão conclusivo, deliberativo e controlador da política de Assistência Social do Município*. Este deveria ser composto por seis membros, sendo que os mandatos poderiam ser renovados a cada dois anos, não podendo um mesmo membro permanecer no cargo por mais de dois mandatos consecutivos. As reuniões seriam presididas pelo Secretário Municipal de Saúde e Meio Ambiente.

A Nomeação do CMAS foi efetivada através de Portaria, após indicações feitas por entidades ou profissionais. O conselho foi composto por:

- O secretário Municipal de Saúde e Meio Ambiente;
- Um membro representante da sociedade em geral, indicado pelo poder legislativo Municipal;
- Um membro representante indicado pelos profissionais da área de assistência social;
- Um membro representante das entidades prestadoras de serviço de assistência social com atuação municipal;
- Um membro representante dos usuários dos serviços de assistência social;
- Um membro representante das pessoas portadoras de deficiência física ou mental.

Em 2005 foi assinada a Lei 350 de 12 de dezembro de 2005, que criou o Fundo Municipal de Assistência Social. A criação do FMAS se destinava a captação e aplicação de recursos, a serem utilizados segundo o disposto na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro

de 1993. O FMAS foi vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e ficou sob orientação do CMOAS. Esta Lei revogou a Lei nº 015/01 e separou o conselho e o fundo. Diante disto, foi promulgada também na data de 12 de dezembro de 2005 a Lei nº 349/05, que criou o novo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) como órgão deliberativo de caráter permanente e âmbito municipal de composição partidária, conforme Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Nesta nova lei foram especificadas algumas competências ao CMAS e regrado sobre seu funcionamento, bem como ficou alterada sua composição que seria então de três membros representantes governamentais e três membros representantes da sociedade civil, escolhidos dentre os usuários ou de organizações de usuários de entidades e organizações de assistência social dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio, sob fiscalização do ministério Público.

Recentemente, em 28 de junho de 2011, foi criada a Lei nº 710/2011 que alterou a composição do Conselho Municipal de Assistência Social, passando a ser composto por (10) dez membros, representando partidariamente o Governo Municipal, com (05) cinco membros, e a Sociedade Civil, também com (05) cinco membros.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é um órgão responsável pelas formulações, controle, acompanhamento e fiscalização da Política Municipal de Assistência Social, no intuito de garantir a predominância do atendimento por entidades públicas na qualidade de direito social. Neste sentido, a atuação dos conselheiros é essencial para que suas responsabilidades sejam efetivamente cumpridas.

Observando as atas das reuniões realizadas pelo CMAS do Município de Jacuizinho/RS, entre os anos de 2010 e 2011, pode-se verificar que o CMAS reúne-se com frequência, ainda que esta frequência não tenha dia ou horário pré-determinado. O Quadro 2 traz um resumo sobre o trabalho dos conselheiros.

Ano	Dia/mês	Tema
2010	26/01	Aprovação de Projeto para liberação de recurso para construção de 20 Módulos Sanitários.
2010	26/04	Leitura e aprovação do plano de trabalho para aplicação dos recursos do FEAS/2010 – Fundo Estadual de Assistência Social.
2010	28/04	Reunião para comunicar a contratação de profissional (Assistente Social).
2010	01/09	Aprovação de Plano para aplicação de recurso do IGD – Índice de Gestão Descentralizada.
2010	26/10	Discussão sobre qual membro do CMAS participaria de curso de capacitação em Porto Alegre/RS
2011	08/07	Discussão sobre a implantação do CRAS, eleição da nova diretoria, escolha de delegados para participar da Conferência

		Regional da Assistência Social.
2011	18/07	Entrega do Regimento Interno do CMAS para realizar a leitura em discutir em uma próxima reunião a ser marcada.
2011	22/07	Ata registrando a realização da Conferência Municipal de Assistência Social.
2011	27/07	Discussão sobre qual conselheiro participaria do curso de capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.

Quadro 2 : Resumo sobre as reuniões realizadas pelo CMAS entre os anos de 2010 -2011
Fonte: Pesquisa documental.

Diante da leitura, análise e montagem de resumo sobre os temas abordados nas reuniões do CMAS, pode-se verificar que o CMAS no Município é pouco atuante. Não são observadas deliberações, discussões, apontamentos e sugestões. A impressão que se tem é que as reuniões são realizadas simplesmente para aprovar projetos e aplicação de recursos que já estão definidos.

Estas questões tornam visíveis as dificuldades que o CMAS do Município de Jacuizinho tem enfrentado para realmente cumprir com suas responsabilidades como órgão conclusivo, deliberativo e controlador da política de Assistência Social do Município.

4.3 Secretaria Municipal Agricultura, Turismo, Indústria e Comércio e a Atuação do CMDA

Em razão do Município de Jacuizinho apresentar terreno ondulado e condições topográficas favoráveis para a produção primária, a base da economia do município é a agricultura e a pecuária. No setor agropecuário, segundo dados da EMATER do Município, predomina a média e pequena propriedade, onde se cultivam soja, trigo, milho, feijão, fumo e outras culturas de subsistência. Ainda segundo a EMATER, agricultura do município é responsável pela geração da maioria dos empregos, fixando o homem à terra.

Em 10 de janeiro de 2001, após dez dias da instalação oficial do Município de Jacuizinho/RS, foi promulgada a Lei nº 014/2001 que criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária, como um órgão consultivo de assessoramento e orientação, para auxiliar na definição das prioridades para o setor agropecuário. O CMDA foi composto por seis membros, sendo:

- Um representante indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura;
- Um representante indicado pelos profissionais liberais autônomos ligados a agropecuária;

- Um representante indicado pela associação dos pequenos produtores rurais dos distritos de Rincão dos Costas e Novo Horizonte;
- Um representante indicado pela associação dos trabalhadores rurais de Jacuizinho;
- Um representante indicado pelo conselho municipal da juventude rural;
- Um representante do setor agrícola municipal indicado pela câmara municipal de vereadores.

Nesta mesma Lei foram atribuídas algumas funções ao Conselho e incluído a elaboração de seu regimento interno.

Mais tarde, no ano de 2004, foi criada a Lei Municipal nº 250/2004, a qual aumentou o número de membros para (10) dez. A alteração revogou os itens I, II, III, IV, V e VI do art. 4º da Lei Municipal nº 014/01, criando-se novas formas de indicações.

Com a Lei nº 255/05 de 06 de julho de 2004, foi alterada a redação do Art. 1º da Lei Municipal nº 014/01, tornando o CMDA como órgão conclusivo e deliberativo de assessoramento e orientação para auxiliar na definição das prioridades para o setor agropecuário. Nesta mesma Lei foi alterada a composição dos membros do CMDA e acrescentado um representante do escritório da EMATER/RS. A última Lei sobre o Conselho elaborada no Município de Jacuizinho foi a Lei nº 671/10 de 25 de agosto de 2010. Esta Lei determinou que cada uma das (11) comunidades do interior do Município indicasse um representante para compor os 11 (onze) membros que fazem parte do CMDA. Também ficou determinado que as entidades ou órgão que compõem o CMDA deverão indicar anualmente, nos meses de julho e agosto à Secretaria Municipal de Agricultura, o nome de seus representantes para o mandato de (01) um ano, sobre pena de ficarem sem representante no CMDA.

Algumas comunidades não têm interesse em participar do CMDA, conforme aconteceu na última indicação, pois analisando a documentação que continha a indicação de cada comunidade, percebeu-se que mesmo tendo oportunidades de colocar seus representantes no conselho, as comunidades não fazem a indicação como ocorreu na comunidade da Bela Vista, Novo Horizonte, Borboleta e Flecha azul.

Neste contexto, cabe salientar que o CMDA fortalece o desenvolvimento agropecuário do Município de Jacuizinho/RS, na medida em que suas demandas são mais rapidamente transmitidas para os outros representantes das principais instituições voltadas ao desenvolvimento rural e a autoridade superior competente do Município.

Apresenta-se no Quadro 3 um resumo dos trabalhos realizados pelos conselheiros do CMDA.

Ano	Dia/mês	Tema
2010	31/03	Jogos Rurais – Sol-a-sol, apuração de denúncias sobre arrendamento de terras por agricultores beneficiários de programas. Ainda, sobre o Controle Social, foram relacionados agricultores que não residem mais no município. Também foram relacionados nomes de agricultores que não se enquadram no PRONAF.
2010	14/05	Aprovação de recursos provenientes de emenda parlamentar para aquisição de trator para compor a patrulha agrícola do Município.
2010	26/05	Apuração da realização dos Jogos Rurais Sol-a-sol, prestação de contas, aprovação de áreas e nomes de agricultores do Crédito Fundiário, assunção de dívidas do banco da terra, venda de créditos fundiários, eleição da nova Diretoria do CMDA.
2010	17/11	Apresentação e aprovação dos novos tetos do Crédito Fundiário, definição de novos parâmetros para aquisição de terra, apreciação da definição da AMCSERRA, apreciação de ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Vereadores.
2011	03/01	Avaliação da aplicação do recurso de convênio da Consulta Popular
2011	09/05	Debate sobre os cursos do SENAR para 2011, seminário do leite, explanação do Secretário da Agricultura sobre a assunção da dívida e uma proposta de crédito Fundiário, realização de aprovação de substituições de agricultores no crédito fundiário e adesão de novos agricultores no programa.
2011	17/05	Discutiu o cancelamento de convênio entre o Município de Jacuizinho e a EMATER/RS.
2011	26/07	Reunião com Secretário executivo da AMAJA para discutir sobre o Programa de Crédito Fundiário.

Quadro 3 : Resumo sobre as reuniões realizadas pelo CMDA entre os anos de 2010 -2011

Fonte: Pesquisa documental.

Sobre os assuntos abordados nas reuniões e fazendo uma leitura mais aprofundada das atas, pode-se verificar que o Conselho atua realmente no Município como órgão conclusivo e deliberativo de assessoramento e orientação para auxiliar na definição das prioridades para o setor agropecuário. Isto porque muitos assuntos discutidos são votados, o conselho toma posição, aprova ou vota contra. Em entrevistas com os membros do CMDA, pode-se perceber que os mesmos têm conhecimentos sobre os assuntos tratados e sobre a importância da atuação do Conselho. Os conselheiros afirmam que têm vez e voz para decidir sobre atos administrativos, priorizando sempre as reais necessidades do Município.

As atas e as entrevistas com os membros do CMDA permitem perceber ainda que existem participações efetivas dos conselheiros nas reuniões. As atas são assinadas pela

maioria dos membros. Por outro lado, foi possível verificar que não há uma periodicidade de datas para a realização das reuniões, as mesmas são marcadas quando existem assuntos a serem debatidos com pauta pré-elaborada pelo presidente.

Muitas vezes, segundo entrevista realizada com os conselheiros, verifica-se que os mesmos buscam trabalhar de forma que não atuem apenas na função consultiva, mas também deliberativa. Esse avanço dos poderes do conselho implica em nova partilha de poder com o executivo e legislativo local. No Município de Jacuizinho, as deliberações e definições do CMDA geram, muitas vezes com algum efeito, segundo os Conselheiros, tensões e conflitos entre os poderes.

Na medida do possível, o CMDA delibera sobre os recursos do fundo municipal agrícola e elabora uma estratégia de crescimento local. Procura aplicar os recursos de forma justa e de modo que beneficie o maior número de agricultores possível, permitindo que o Município avance para o desenvolvimento.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Observações gerais sobre os resultados da pesquisa

Os resultados obtidos na pesquisa mostram que o CMAS e o CMDA, realizaram reuniões durante o ano de 2010 e 2011, os assuntos discutidos nas reuniões são diversificados, entretanto, pode-se perceber que as reuniões realizadas pelo CMAS têm caráter conclusivo, ou seja, não apresentam nas atas deliberações e/ou poder controlador sobre a aplicação dos recursos (Quadro 2). Já observando as atas das reuniões realizadas pelo CMDA (Quadro 3) é possível verificar que em suas pautas, o Conselho busca deliberar sobre vários assuntos, inclusive realizando votações, aprovações ou não. Estudam a situação de cada família dos agricultores, discutem seu enquadramento em programas do governo para posterior liberação de recursos, buscando uma atuação mais eficaz em termos de deliberação, fiscalização, aprovação e conclusão sobre as prioridades do setor agropecuário do município.

É possível observar (Quadro 2 e Quadro 3) pelas datas que ambos os conselhos realizaram reuniões no período de 2010 e 2011, contudo, não existe uma organização de frequência destas reuniões. Outra observação é sobre a frequência das reuniões (Quadro 2). Em 2010, percebe-se que em abril houve reunião com diferença de apenas dois dias (26/04 e 28/04) e a partir do dia 28/04 o CMAS voltou a se reunir em setembro, ficando um período

de praticamente 05 (cinco) meses sem atividade. No ano de 2011, a primeira reunião do CMAS foi em julho, passando um período de 07 (sete) meses sem realizar reuniões e atividades, sendo que no mês de julho/2011 aconteceram, conforme as atas, 04 (quatro) reuniões consecutivas.

Observando as atas de reuniões realizadas pelo CMDA do Município de Jacuizinho, pode-se constatar que existem reuniões frequentes. A análise das atas nos leva a perceber que o CMDA atua de forma mais intensa no primeiro semestre de cada ano, conforme relacionado no Quadro 3. Isto pode estar ligado ao fato de que no início do ano existem mais demandas e deliberações a serem discutidas no âmbito da atuação do CMDA, pois é o início de um novo exercício.

5.2 Contextualização sobre as formas de atuação do CMAS e o CMDA

Conforme a pesquisa documental e as entrevistas com conselheiros do CMAS e do CMDA, pode-se perceber que ambos os conselhos têm funções semelhantes. Entretanto, observando as Leis pode-se verificar que:

a) O CMAS foi criado para atuar como “órgão conclusivo, deliberativo e controlador da política de Assistência Social do Município”;

b) O CMDA foi criado para atuar como “órgão conclusivo e deliberativo de assessoramento e orientação para auxiliar na definição das prioridades para o setor agropecuário do município”.

Em observação sobre as diferentes atuações, é possível verificar que ao CMDA foram dadas maiores atribuições e maior poder de atuação do que para o CMAS. Assim, o CMDA tem mais força para interferir nas decisões administrativas e tentar evidenciar quais são as prioridades do setor agropecuário do município e sobre as melhores formas de aplicação dos recursos destinados a este setor.

O CMAS, além de ter mais limitada a sua atuação, para desenvolver de forma eficaz e responsável o seu trabalho, encontra dificuldades de organização e participação dos Conselheiros. Ao contrário do CMDA, o CMAS reúne-se praticamente para aprovar projetos, aprovar planos de trabalhos, aprovar aplicação de recursos e não para deliberar e controlar a política pública de Assistência Social do Município.

De fato, alguma diferença na forma de atuação de cada Conselho no Município de Jacuizinho pode ser visualizada, notadamente sobre a atuação do CMAS. Assim, a análise das atas e as entrevistas com os interlocutores conselheiros permitem constatar que ambos os

conselhos ainda estão longe de corresponder a um espaço apropriado de planejamento para articular o desenvolvimento do Município. No caso do CMAS, esta dificuldade é ainda maior, pois, praticamente, o Conselho não desenvolve seu papel de órgão conclusivo, deliberativo e controlador da política de Assistência Social e abriga uma participação restrita dos conselheiros.

É válido destacar que é no Município que as exigências pelo atendimento das demandas podem ser cobradas pela sociedade, especialmente pela limitação do espaço de atuação da administração pública. Por isso, considera-se o município um espaço privilegiado para a concretização da democracia, com a efetiva participação cidadã da sociedade. Entretanto, no caso de Jacuizinho/RS, esta democracia e participação social que deveria estar acontecendo por intermédio dos conselhos, ainda são incipientes.

6 CONCLUSÕES

Os resultados apurados indicam que os objetivos inicialmente propostos foram alcançados, pois foi possível conhecer melhor a real função dos conselhos na administração pública. Além disto, foi permitido verificar e compreender como vêm sendo desenvolvido o trabalho dos Conselheiros no Conselho Municipal da Assistência Social e Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário do Município de Jacuizinho/RS.

O Município de Jacuizinho é novo e pequeno e tem na agricultura a principal fonte de renda. Os trabalhos da Assistência Social são importantes para minimizar problemas sociais e econômicos. Em dez anos de administração municipal já foram criadas oito leis relacionadas as estruturação e dos conselhos, sendo quatro leis da Assistência Social e quatro do Desenvolvimento Agropecuário. Estas questões apontam para a grande dificuldade existente no município para desenvolver um planejamento administrativo, qualificar pessoas para organizar os trabalhos em cada setor criando leis e organizando os conselhos de acordo com as necessidades da comunidade.

O CMAS encontra dificuldades em realizar as suas funções, isto pode estar relacionado a falta de capacitação dos conselheiros, a falta de tempo ou ainda por acreditar que sua atuação não é significativo para efetivar uma maior participação social nas decisões administrativas. O CMAS deixa mais evidente que suas reuniões acontecem para cumprir uma rotina, ou seja, uma obrigatoriedade de deliberação e aprovação de investimentos, sem

muito interesse e em desenvolver um trabalho mais fiscalizador deliberativo e controlador da política de Assistência Social no Município.

De forma geral, também pode-se perceber uma atuação mais eficaz do CMDA. Nas próprias atas das reuniões é possível perceber que existe uma participação maior dos conselheiros e que os mesmos discutem, interagem, realizam planejamento e elaboram estratégias de crescimento local através de um mapeamento da situação de cada família que reside na área rural do Município.

Conforme visto no desenvolvimento deste trabalho, os conselhos são importantes para a administração pública. Neste sentido, os conselheiros deveriam também estar organizados para desenvolver a função de formular projetos para a execução das políticas públicas setoriais, não somente controlar. Pois o trabalho nos permitiu a visualização de que os conselhos são os principais canais de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

Diante dos métodos utilizados para pesquisa e das limitações da mesma, pôde-se dizer que o trabalho não deverá ser generalizado aos demais conselhos existentes no Município, e, tão pouco generalizadas a outros municípios, seja a nível regional, estadual ou na esfera federal, pois somente foi analisada a atuação dos conselheiros em dois Conselhos na presente pesquisa. Como proposta para as próximas pesquisas envolvendo o tema, fica como sugestão a realização de investigação junto a outros municípios, poderia ser a nível regional, acompanhando reuniões dos conselhos e verificando quais são os assuntos discutidos em pautas, quem são os conselheiros e como são indicados, como é constituídas as leis e quais são as atribuições dos conselheiros. Com estes dados seria possível fazer uma análise comparativa sobre os trabalhos dos conselhos municipais a nível regional, poderia ser escolhidos municípios com semelhanças em termos territorial, habitacional e econômico, para observar que planejamento de desenvolvimentos existe em cada um e como os conselhos têm contribuído para o desenvolvimento dos municípios.

Diante dos resultados de que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (CMDA) está mais organizado e desempenha de forma mais atuante sua função, ainda que existam falhas, em relação ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no Município de Jacuizinho, chama-se a atenção para estas lacunas que devem ser preenchidas. Uma vez trabalhadas, essas lacunas poderiam gerar mais qualidade nas decisões administrativas, aprimorando resultados e gerando desenvolvimento local. Com estas atitudes estaria desenvolvendo mais ainda o potencial econômico do município, pois a agricultura e a

pecuária são as principais atividades do Município e a Assistência Social é a responsável por oportunizar aos munícipes as condições básicas de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ALLES, J. M. et. al. Instâncias de concentração local: um estudo sobre o conselho de desenvolvimento rural de Roca Sales-RS. **XLV Congresso da Sober**. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo e Política Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 28, 1995.
- BOSCHI, Renato. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. **Dados**, Rio de Janeiro, v.42, n.4, 1999.
- BAVA, Silvio C. **Participação, representação e novas formas de diálogo público**. São Paulo: Polis/ Programa Gestão Pública e Cidadania (Eaesp/FGV), 2001.
- CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (2010). Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em:10 jul. 2011.
- CORTES, S. M. V. Conselhos Municipais de Saúde: a possibilidade dos usuários participarem e os determinantes da participação. **Revista Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 5-17, 1998.
- GALLIANO, Guilherme. **O Método Científico: teoria e prática**. São Paulo: Editora Mosaico Ltda, 1979.
- GRAÇAS, Maria das. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Administração/UFSC; Brasília, UAB, 2009.
- JACUIZINHO (Município). Lei municipal nº 015/2001, de 19 de janeiro de 2001. **Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Jacuizinho e dá outras providências**. Jacuizinho, 2001.
- JACUIZINHO (Município). Lei municipal nº 0349/2005, de 12 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Jacuizinho e dá outras providências**. Jacuizinho, 2005.
- JACUIZINHO (Município). Lei municipal nº 0350/2005, de 12 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Jacuizinho e dá outras providências**. Jacuizinho, 2005.

JACUIZINHO (Município). Lei municipal nº 0710/2011, de 28 de junho de 2011. **Altera a composição do Conselho Municipal de Assistência Social, prevista no Art. 4º da Lei Municipal nº 349/05 e dá outras providências.** Jacuizinho, 2005.

JACUIZINHO (Município). Lei municipal nº 014/2001, de 10 de janeiro de 2001. **Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária e da outras providencias.** Jacuizinho, 2001.

JACUIZINHO (Município). Lei municipal nº 250/2004, de 19 de maio de 2004. **Altera a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária previsto no Artigo 4ª, da Lei Municipal nº 014/01 e dá outras providências.** Jacuizinho, 2004.

JACUIZINHO (Município). Lei municipal nº 255/2004, de 06 de julho de 2004. **Altera a redação do artigo 1º, da Lei Municipal nº 014/01, e acrescenta representante na composição do conselho Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária e dá outras providências.** Jacuizinho, 2004.

JACUIZINHO (Município). Lei municipal nº 671/2010, de 25 de agosto de 2010. **Aterá a redação do inciso X e acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei Municipal nº 250/04, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária.** Jacuizinho, 2010.

MOURA, Joana Tereza V. **A representação política de organizações da sociedade civil nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e a busca pela legitimidade.** Tese de Doutorado em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

PETRARCA, Fernanda Rios: Participação política, problemas sociais e atuação em conselhos gestores municipais. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul. nº. 28 jan/jun. 2008.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, M. T.A. Argumentos em torno de um “velho” tema: a descentralização. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 377 - 411, 1997.

TRUJILLO, Alfonso Ferrari. **Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo: MC Graw Hill do Brasil, 1982.

SILVA, Marcelo Kunrath. XXIV CONGRESSO DA ALAS. Tradições associativas populares e democracia: uma análise comparativa das experiências de Orçamento Participativo na Região Metropolitana de Porto Alegre, 2003.